

## Fórum das Seis define próximos passos da Campanha Salarial

A reunião do Fórum das Seis, no dia 10/2, foi marcada por um sentimento comum de indignação com o Cruesp, que sequer respondeu ao pedido para que fosse convocada uma reunião para tratar da reivindicação das entidades de um abono salarial de 25%.

Além disso, os reitores ainda não enviaram as planilhas do orçamento de dezembro de 2002 e janeiro de 2003, pretendendo criar obstáculos à demonstração de que existe folga orçamentária para um reajuste salarial ou para o abono reivindicado. Tais demonstrativos não são tornados públicos justamente para que não fique claro que o comprometimento com salários está abaixo do normal, especialmente na USP.

Na reunião de 10/2 foi definida uma agenda para os próximos passos da campanha salarial. Também foi marcada para o dia 24/2, na sede da Adusp, uma nova reunião, para avaliar a situação e as ações a serem tomadas quanto à reforma da Previdência.

A partir daí, até 18/3, cada entidade deverá discutir individualmente sua lista de indicativos para as ações do Fórum e organizar suas propostas. O Fórum, que se reunirá mais uma vez, no dia 20/3, para discutir o encaminhamento conjunto das propostas, insiste na importância de haver uma definição, na data-base, de uma política clara de recuperação salarial ao longo do ano.

### Perdas

Desde já, a diretoria da

Adusp pretende colocar em debate no Conselho de Representantes (CR) a proposta de recuperação de perdas acumuladas devido à inflação entre abril de 2002 e abril de 2003, mais uma diferença de 1,43% relativa à inflação que não foi coberta no reajuste de 8% dado ano passado.

### Reajuste trimestral

A proposta da diretoria

da Adusp é de um reajuste trimestral que tenha como base tanto o crescimento da massa de arrecadação quanto a inflação no período, utilizando o índice que for menor, com participação de 90% para salários e 10% para custeio.

Essa proposta será discutida na segunda-feira, dia 17/2, no CR, e entrará em pauta na Assembléia da Adusp a acontecer no próximo dia 26/2.

### Participação

A Adusp continua insistindo: sua participação é importante e faz diferença. A perspectiva é de que, mantida a média inflacionária dos últimos seis meses, nosso poder aquisitivo cairá atingindo um patamar similar ao de maio de 2000. O sucesso de nossa campanha salarial depende do envolvimento dos colegas. Participe! Venha à assembléia de 26/2.

## Protesto contra o descaso

O coordenador do Fórum das Seis, professor Ciro Correia, enviou ao presidente do Cruesp, professor José Carlos Trindade, o seguinte ofício:

“Prezado Sr.

No dia 19/12/2002, por ocasião da reunião entre os técnicos do Cruesp e do Fórum das Seis, as entidades do Fórum demonstraram a possibilidade de ser concedido um abono de 25% no mês de dezembro, utilizando-se para tanto exclusivamente dos recursos adicionais do ICMS advindos do programa de anistia fiscal promovido pelo Estado.

Esclarecemos ainda que esse dispêndio adicional equivaleria ‘a não mais do que 86% dos valores oriundos do mencionado programa de anistia fiscal’, preservando, portanto, a participação entre salários e custeio das universidades.

Em seguida foi protocolado ofício ao secretário-executivo do Cruesp, Prof. Luiz Antonio Vane, reivindicando o imediato pagamento desse abono e solicitando agendamento de reunião de negociação com o Cruesp a esse respeito.

Senhor presidente, transcorridos quase dois meses, ainda não obtivemos respos-

ta oficial à nossa solicitação. Por isso estamos reiterando a reivindicação apresentada e a necessidade da marcação da reunião entre as entidades do Fórum das Seis e o Cruesp.

Por oportuno, vimos ainda protestar por até o momento não termos recebido as planilhas das liberações financeiras e folhas de pagamento das universidades relativas ao mês de janeiro de 2003, pedindo que também nos sejam enviadas com urgência.

Atenciosamente,

Prof.Dr. Ciro Teixeira Correia”

## Assembléia da Adusp no dia 26/2

A Adusp convoca todos os seus associados para a assembléia a ser realizada no dia 26/2, às 19 horas, no anfiteatro da História.

Entrarão em pauta os seguintes assuntos, entre outros:

- Campanha Salarial
- Previdência
- Congresso da Andes e Delegação da Adusp

# Fórum das Seis entrega a Berzoini manifesto em defesa da Previdência

O coordenador do Fórum das Seis, professor **Ciro Correia**, entregou ao ministro da Previdência Social, **Ricardo Berzoini**, o manifesto "Previdência Pública e justa: em defesa dos funcionários públicos". Berzoini recebeu o manifesto durante a intervenção do professor **Ciro** no debate ocorrido no dia 3/2, no Instituto de Previdência do Município, com a participação de cerca de 200 sindicalistas, ligados em sua maioria ao setor público.

O ministro apresentou um diagnóstico da Previdência Social, disponível no sítio do Ministério na Internet, e abriu o debate. No entanto, somente um pequeno número de representantes sindicais pôde manifestar-se, de acordo com as regras estabelecidas pelos organizadores. As entidades inscritas para o debate foram escolhidas por sorteio. Várias das entidades presentes sequer haviam sido convidadas para o evento, caso do Fórum das Seis.

## Protesto

Após um protesto de representantes sindicais que se sentiram preteridos, os organizadores permitiram quatro

## Otaviano assume INEP e deixa cargo na Adusp

O professor **Otaviano Helene**, 2º vice-presidente da Adusp, solicitou seu afastamento da entidade, no dia 21/1, para assumir a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do governo federal vinculado ao MEC.

novas inscrições: a do Fórum das Seis, da Confederação Nacional de Servidores Federais e de outras entidades ligadas à CUT e que, em suas intervenções, apresentaram forte crítica tanto à proposta de supressão do direito à aposentadoria integral, quanto à estigmatização do funcionário público como "privilegiado".

Na sua fala, o professor **Ciro Correia** lembrou os baixos valores das aposentadorias, tanto no setor privado quanto no setor público. Denunciou o fato de que a cifra apresentada como desequilíbrio do sistema, de R\$ 17 bilhões, é pequena diante dos R\$ 110 bilhões de juros pagos ao setor financeiro, sendo este o verdadeiro interessado em privatizar a Previdência. O coordenador do Fórum das Seis defendeu a Previdência pública, com aposentadoria integral e em paridade com



Professor **Ciro** entrega manifesto ao ministro **Berzoini**

os salários da ativa, no setor privado e no setor público (leia mais sobre a reunião de 3/2 no Jornal do Fórum das Seis, edição de fevereiro).

## Fórum Paulista

Um grupo de 18 entidades sindicais do setor público, entre as quais se inclui a Adusp, reuniu-se no dia 3/2 na sede do Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência

de São Paulo (Sindifisp-SP) e criou o Fórum Paulista das Entidades em Defesa da Previdência Social.

As entidades que desejarem participar do Fórum Paulista devem aderir aos seguintes princípios: 1) integralidade na aposentadoria; 2) paridade entre ativos e aposentados; e 3) não cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados.

# Andes-SN reúne-se com titular da SESu

No dia 13/2, a direção do Andes-SN, representada pelos professores **José Domingues**, **José Zaço** e **Marlon Melo**, reuniu-se com o secretário de Ensino Superior do MEC, professor **Carlos Antunes**, o chefe de gabinete, **Jorge Gregory**, e o assessor **José Geraldo**.

O professor **Antunes** informou que havia solicitado o encontro para explicitar a intenção da Secretaria de Ensino Superior (SESu) de trabalhar em conjunto com as entidades da educação e, sobretudo, com o Andes-SN. Afirmou também que, como já havia sido dito pelo Presidente da República e pelo Ministro da Educação, este governo quer deixar sua marca na Universidade. Falou da importância da defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade e do

compromisso da SESu nesse sentido.

A representação do Andes lembrou a visita que o professor **Christóvão Buarque** fez ao Andes-SN, em 26/12, e informou que a entidade aguarda uma resposta ao pedido de audiência protocolado em 10/01, para ouvir a posição do Ministro acerca das reivindicações da categoria, que também foram levadas ao conhecimento do Secretário.

## Maior investimento

Os representantes do Andes-SN falaram, ainda, da necessidade de o governo investir mais na educação pública em geral, e em particular nas universidades. Destacaram a necessidade de ampliação de vagas e de abertura de concursos públicos para docentes no ensino superior

e na educação básica. Mencionaram, ainda, a necessidade de investimentos nos hospitais universitários e a questão da incorporação das gratificações, e reiteraram como fundamental e urgente a instalação das mesas de negociação.

Foi dito também pela representação do Andes-SN que só as entidades sindicais cumpriram sua parte do termo de acordo assinado com o MEC e que os docentes, além de encerrarem a greve, repuseram as aulas. O Secretário disse ter anotado todas as observações e que iria empenhar-se para que a discussão tenha continuidade. Propôs uma nova reunião, para meados de março, com o objetivo de estabelecer-se um cronograma para a discussão e a retomada das mesas de negociação.

# GT de fundações amplia temário

**R**ealizou-se no dia 13/2, com a participação do reitor Adolpho Melfi e do chefe de gabinete Celso Gomes, a primeira reunião do grupo de trabalho sobre fundações montado pela Reitoria. O presidente do GT, designado pelo Reitor, é o professor Luiz Nunes, pró-reitor de Pesquisa, que coordenou a reunião.

O GT é constituído por 40 membros, dos quais 20 são representantes de unidades e os demais representam a Adusp (cinco), os estudantes (cinco, sendo quatro representantes discentes nos conselhos centrais e um indicado pelo DCE), os servidores técnico-administrativos (cinco, escolhidos entre os representantes da categoria nas congregações das cinco maiores unidades), as fundações privadas (três) e a administração central (dois).

Participaram da reunião todos os representantes da Adusp no GT: professores Benedito Machado (FMRP), Ciro Correia (IG), João Zanetic (IF), Marco Brinati (EP) e Marcos Magalhães (IME).

Também estiveram presentes os representantes de fundações privadas, professores Juarez Rizzieri (Fipe), Guilherme Ary Plonsky (Fundação Vanzolini) e Irineu Velasco (Fundação Faculdade de Medicina), e a maioria dos representantes de unidades e dos servidores. O DCE decidiu ingressar no GT, e seu representante, Francisco Gaspar, participou da reunião, bem como os RDs Fernanda Fazoli, Thaís Stegle e Tatiana Pavão (veja no quadro os demais nomes do GT).

## “Debate franco”

O Reitor abriu a reunião, destacando a importância do GT e pedindo a todos que seja realizado um debate franco, aberto e democrático, que toque nas questões principais e discuta se as fundações são ou não necessárias à USP. O Reitor não excluiu do debate

a FUSP e a Fuvest, lembrando que a USP pode ter ação mais direta sobre essas fundações, uma vez que foram criadas pela própria universidade. Ele acrescentou que a Reitoria dará publicidade aos debates e às atas das reuniões do GT.

Iniciados os trabalhos, o professor Nunes anunciou a intenção de manter o encaminhamento das atividades do GT tal como proposto pela Comissão Especial de Fundações, no tocante ao cronograma e ao temário.

A delegação da Adusp ponderou que, em vez de passar-se imediatamente à discussão dos nomes a serem ouvidos, como proposto pelo presidente do GT, seria necessário rever o temário e o cronograma, para só depois tratar-se da questão das oitivas.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, afirmou ser prioritário discutir em que condições a USP deve ter fundações ou relacionar-se com elas.

Apesar de algumas dificuldades, a controvérsia foi superada, levando-se a voto a proposta da Adusp, que foi aprovada por ampla maioria. Assim, foi acrescentado um novo item ao temário original do GT, que será debatido na seguinte ordem:

- “em que condições a USP deve ter ou deve se relacionar com fundações? Formas alternativas de relacionamento com entidades externas à Universidade”
- “condições em que docente em RDIDP pode dedicar-se a atividades estranhas ao regime”,
- “condições em que cursos são aceitáveis sem aprovação dos Conselhos Centrais”,
- “interferência das fundações nas diretrizes acadêmicas e na administração das Unidades”,
- “condições em que nova fundação pode ser criada e condições em que contratos podem ser feitos com interveniência de outra fundação

que não a FUSP”.

Cada um desses itens será debatido em até duas sessões do GT. A cada item cumprido, realizar-se-á uma sessão para consolidação das propostas. O cronograma foi alongado, podendo os trabalhos do GT estender-se até o final do semestre.

## Acesso aos dados

Quanto à necessidade de acesso aos dados financeiros e outros das fundações, a Reitoria argumentou que tais informações são sigilosas. O professor Nunes disse que pedirá um parecer à Consultoria Jurídica, mas concordou em montar uma sala para os participantes do GT que desejarem ter acesso aos dados.

A necessidade de que os membros do GT tenham acesso aos dados foi identificada pela Comissão Especial de Fundações criada pelo Reitor (portaria 909/2002), que sugeriu a criação do GT.

Em seu relatório final, a Comissão concluiu que os “levantamentos Sicap das fundações de apoio à USP ‘conhecidas’ constituem material essencial para conhecimento

de qualquer grupo que venha a debater fundações com racionalidade” e que “a Reitoria deveria disponibilizar esses dados, da forma mais conveniente, para os participantes do debate subsequente”.

O Sicap é um formulário eletrônico desenvolvido pela Fipe para padronizar a coleta anual de dados sobre fundações pelo Ministério Público Estadual. A pedido da Reitoria, as fundações da USP enviaram à Comissão os formulários Sicap relativos a 2001.

Na definição dos nomes para as oitivas, houve consenso quanto à indicação do professor Ciro Correia (Adusp), do promotor das Fundações do MPE, Paulo Palma, dos professores Antonio Massola (FUSP), Irineu Velasco (FFM) e Juarez Rizzieri (Fipe) e de um representante do DCE.

Outros quatro nomes foram definidos por votação: o presidente do Tribunal de Contas do Estado, o titular da Codage, o ex-reitor José Goldenberg e a diretora da FEA, professora Maria Tereza Fleury. Na próxima reunião, em 21/2, ocorrerá a oitava da Adusp.

## Representantes das unidades no GT

ECA- Professora Beatriz Lage  
 EERP- Professora Maria L. Robazzi  
 EESC- Professor João G. de Oliveira  
 EP- Professor José Penteado Aranha  
 Esalq- Professor Francisco Monteiro  
 FCF- Professora Elizabeth Ferreira  
 FD- Professora Maria S. Di Pietro  
 FEA- Professor Celso de Hildebrand  
 FE- Professora Anna P. de Carvalho  
 FFLCH- Professor Pablo Mariconda  
 FFCLRP- Professor Paulo Donate  
 FM- Professor Eduardo Massad  
 FMRP- Professor José Antonio Marin Neto  
 FOB- Professor Eduardo B. Franco  
 IAG- Professor Pedro da Silva Dias  
 ICB- Professora Telma Tenório Zorn  
 ICMC- Professor Paulo C. Masiero  
 IF- Professor Alejandro de Toledo  
 IME- Professor Carlos Hummes Jr.  
 IQ- Professor Walter Colli

## Servidores técnico-administrativos

EP- Marli Bonassa Ruiz  
 FD- Anibal Ribeiro Cavali  
 FEA- Luiz Álvaro Leão  
 FFLCH- Cláudio de Souza  
 FM- Paulo Roberto Pereira

# CERT tenta legitimar o “desliga-liga” e Adusp aguarda posicionamento do Reitor

A diretoria e o CR da Adusp, em reunião com o Reitor em dezembro de 2002, entregaram-lhe uma relação com os nomes de 39 docentes que haviam sido “desligados” e “reliçados” ao regime, na mesma data, iniciando-se assim um novo período experimental.

Nossa reivindicação à Reitoria é de que estes e todos aqueles que estejam nesta situação sejam considerados em caráter permanente no regime. Argumentamos na ocasião que o mecanismo “desliga-liga” consiste de um recurso de duvidoso fundamento ético e legal, que prolonga o período de experimentação para além do previsto regimentalmente.

A Reitoria respondeu à solicitação da Adusp, no final de janeiro, apenas encaminhando um ofício da CERT: dos 39 docentes, 11 foram recentemente considerados em caráter permanente no RDIDP, quatro não sofreram a aplicação do mecanismo “desliga-liga” e para os restantes 24 “a CERT espera o encaminhamento de solicitação pelo docente (e não pela Adusp), caso este se considere plenamente inserido nas atividades inerentes ao RDIDP, e tenha o devido endosso do departamento e unidade”.

Foi encaminhada cópia do ofício da reitoria aos 39

docentes cujos nomes estão na lista. O mesmo ofício se encontra no site da Adusp.

## “Desligamento”

Alguns trechos deste ofício-resposta merecem ser reproduzidos:

“... Preliminarmente, cabe informar que a instituição do mecanismo do ‘desliga-liga’ foi uma maneira que a CERT encontrou, em 1996, para não excluir do RDIDP docentes que, apesar de não se encaixarem no juízo de adequação para pertencerem ao regime, aparentavam potencial de amadurecimento acadêmico a breve prazo. A medida foi julgada juridicamente adequada pela CLR da USP, em reunião de 13/05/1997, e favoreceu algumas centenas de docentes que do contrário teriam perdido sua situação funcional em RDIDP. Em tais casos, a CERT poderia ter determinado o desligamento puro e simples do regime, sem a relicação simultânea. Fica óbvio que a possibilidade do ‘desliga-liga’ somente veio a favorecer tais docentes, que permaneceram em RDIDP, iniciando entretanto novo período de experimentação”.

Desse modo, a CERT insiste na prática abusiva e anti-regimental de admitir um período experimental superior a 8 anos. É importante mencionar que a Consultoria

Jurídica, em novembro de 2002, nos pareceres 1244/02 e 1246/02 questiona a competência da CERT em religar o docente ao RDIDP por entender que essa solução contraria a lógica do estágio de experimentação, fixado nos artigos 6º a 8º da Resolução 3533/89, uma vez que torna inócuos os prazos ali estabelecidos.

## CERT x Reitor

No mesmo ofício, quando analisa o caso dos 24 docentes, a CERT afirma ter aplicado o mecanismo do “desliga-liga”, pois os docentes ou não haviam obtido seus doutorados, ou haviam apresentado “deficiência relativa aos perfis de publicação”.

Ainda que tenhamos dificuldades em creditar o status de “avaliação” aos atos de simples contagem de publicações e mera verificação de obtenção do título de doutor, sem dúvida os pareceres da CERT carregam um cunho de avaliação do mérito do trabalho acadêmico que não condizem com a manifestação do Reitor reiterada em diversas ocasiões, favorável a que a avaliação individual aconteça no âmbito das unidades levando em consideração o conjunto das atividades acadêmicas.

É importante destacar que nos pareceres 1244/02 e 1246/02, a CJ se contrapôs

a duas decisões da CERT, então presidida pelo professor Carlos Humes, de proceder o “desliga-liga”, ocorrido na gestão Marcovitch, com base nos seguintes motivos:

a) falta de motivação do parecer da CERT

b) falta de critérios acadêmicos para a decisão

c) conflito com regras de competência e prazos definidos pelo Conselho de Pós-Graduação.

Este posicionamento fez com que a CERT voltasse atrás em sua decisão e considerasse estes docentes em caráter permanente no RDIDP. No entanto, a despeito da postura assumida pelo Reitor e da manifestação da CJ, a CERT, em seu recente ofício, continua justificando e defendendo o artifício do “desliga-liga” e a extensão do período de experimentação para além do prazo regimental, na maioria das vezes em oposição ao defendido pelas unidades, sem motivação suficiente e sem a devida justificativa.

Por tudo isto, a diretoria da Adusp oficiou novamente ao Reitor explicitando estas contradições e reiterando a solicitação de que todo docente que se encontre há mais de 8 anos em regime de experimentação, no RDIDP ou RTC, seja considerado em caráter permanente no regime, não mais tendo que submeter relatórios à CERT.

**Fortaleça a sua entidade.  
Filie-se à Adusp**